



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI N.º 004 /2005.

**REGULAMENTA AS AÇÕES DA SAÚDE MUNICIPAIS E
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE GUANHÃES A
CONTRATAR PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Guanhanes:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sancionei a presente Lei:

Art. 1º. A presente Lei trata da regulamentação as ações de saúde municipais e a competente autorização legislativa para a contratação de profissionais da área médica e de saúde, para atendimento ao Programa de Saúde da Família - PSF, Programa de Agentes Comunitários da Saúde - PACS, dos demais profissionais da saúde e dos laboratórios de análises clínicas para atuarem pelo regime pró-labore pelo Poder Executivo Municipal de Guanhanes.

CAPÍTULO - I DAS AÇÕES DE SAÚDE MUNICIPAIS

Art. 2º. Ficam implementadas as seguintes ações de saúde no âmbito municipal de Guanhanes, a saber:

- I – PSF – Programa de Saúde da Família;
- II – PAC'S – Programa de Agentes Comunitários de Saúde;
- III – atendimentos médicos a pacientes pelo regime pró-labore;
- IV – realização de exames laboratoriais pelo regime pró-labore;

§1º. Os Programas de PSF e PAC'S descritos nos itens I e II do *caput* do presente artigo serão implementados e executados na forma prevista na legislação Federal própria, que criou os referidos programas em âmbito nacional.

§2º. Considera-se como "Regime Pró-Labore" o sistema público para atendimento a pacientes e realização de exames laboratoriais cujo pagamento tem por base a quantidade de pacientes atendidos e seus valores pré-fixados.

CAPÍTULO - II DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal de Guanhanes, através da Secretaria Municipal de Saúde, autorizado a compor, regulamentar e remunerar até 20 (vinte) equipes de PSF no Município, para atendimento à sede do Município e aos Distritos.

Art. 4º. Para a composição de cada uma das equipes de PSF e execução das ações da saúde fica serão contratados profissionais da área da saúde, na forma da presente Lei, sendo:

- I – 01 (um) médico;
- II – 01 (um) enfermeiro;
- III – 01 (um) odontólogo;
- IV – 01 (um) auxiliar de odontologia;
- V – 02 (dois) auxiliares de enfermagem;
- VI – 05 (cinco) agentes comunitários de saúde - ACS;
- VII – 01 (um) técnico em higiene dentária - THD;

§1º. Os valores das remunerações a serem pagas aos membros das equipes de PFS, locais de atuação, carga horária, requisitos para o ingresso nos respectivos serviços, e demais normas à respeito das referidas contratações, serão regulamentados por Decreto a ser expedido pelo Prefeito Municipal à partir da aprovação da presente Lei.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

§2º. Os profissionais contratados temporariamente na forma autorizada pela presente Lei farão jus às parcelas constantes em seus respectivos contratos, conforme a forma de contratação e serão regidos pelas normas da Lei Municipal n.º 2.056/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Guanhanes, no que couber.

§3º. Os profissionais contratados na forma da presente Lei terão seus contratos prorrogados anualmente e enquanto durar o Programa da Saúde da Família em âmbito Nacional.

§4º. Os Agentes comunitários de Saúde e demais componentes do PAC terão suas atribuições reguladas na forma da Portaria n.º 1.886/GM de 18.12.1997 do Ministério da Saúde.

Art. 5º. Poderão ser fornecidos, transporte, alimentação e hospedagem, aos profissionais atuantes nas equipes de PSF do Município, conforme o caso, o que será regulamentado mediante Decreto a ser expedido pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º. As instalações de saúde serão construídas e reformadas para funcionamento das Unidades de Saúde, que servirão de suporte para as equipes de PSF conforme previsto no Plano Plurianual de Investimentos do Município e suas posteriores alterações.

CAPÍTULO - III

DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS

Art. 7º. Para fins da presente Lei poderão ser abertas até 10 (dez) equipes de PAC'S no Município para atuação na sede e nos distritos.

Art. 8º. Para a composição de cada uma das equipes de PAC'S e execução das ações da saúde fica serão contratados profissionais da área da saúde, na forma da presente Lei, sendo:

I – 01 (um) enfermeiro;

II – até 30 (trinta) agentes comunitários de saúde - ACS;

§1º. Os valores das remunerações a serem pagas aos membros das equipes de PACS, locais de atuação, carga horária, requisitos para o ingresso nos respectivos serviços, e demais normas à respeito das referidas contratações, serão regulamentados por Decreto a ser expedido pelo Prefeito Municipal à partir da aprovação da presente Lei.

§2º. Os Profissionais contratados temporariamente na forma autorizada pela presente Lei farão jus às parcelas constantes em seus respectivos contratos, conforme a forma de contratação e serão regidos pelas normas da Lei Municipal n.º 2.056/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Guanhanes, no que couber.

§3º. Os profissionais contratados na forma da presente Lei terão seus contratos prorrogados anualmente e enquanto durar o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, em âmbito Nacional.

§4º. Os Agentes comunitários de Saúde e demais componentes do PAC terão suas atribuições reguladas na forma da Portaria n.º 1.886/GM de 18.12.1997 do Ministério da Saúde.

Art. 9º. Poderá ser fornecido transporte, alimentação e remuneração aos profissionais atuantes nas equipes de PACS do Município.

Art. 10º. Poderão ser adaptadas instalações de saúde para auxílio às atividades do PAC'S as quais servirão de suporte para as equipes de PSF conforme previsto no Plano Plurianual de Investimentos do Município e suas posteriores alterações.



Prefeitura Municipal de Guanahães

ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO - IV DOS PROFISSIONAIS MÉDICOS PRESTADORES PELO SISTEMA PRÓ-LABORE

Art. 11. Para a prestação de serviços médicos e execução das ações da saúde, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar profissionais das diversas clínicas médicas atuantes na área da saúde de nosso Município e Região pelo sistema pró-labore.

Parágrafo único. As clínicas médicas descritas no *caput* do presente artigo, os valores das remunerações a serem pagas aos profissionais das diversas clínicas médicas contratados e a quantidade de profissionais médicos, e demais situações pertinentes serão regulamentados por Decreto a ser expedido pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO - V DOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS PRESTADORES PELO SISTEMA PRO LABORE

Art. 12. Para a prestação de serviços laboratoriais de análise clínica serão contratados laboratórios, profissionais farmacêuticos e bioquímicos e de empresas de prestação dos referidos serviços laboratoriais, atuantes na área da saúde de nosso Município e Região, para a realização de exames médicos.

Art. 13. Os procedimentos laboratoriais serão pagos tendo como base os valores praticados na Tabela oficial do SUS – Sistema Único de Saúde vigente para cada procedimento laboratorial.

Art. 14. Para prover as contratações descritas no *caput* do presente artigo, será realizado processo licitatório na modalidade de inexigibilidade, na forma do art. 25 da Lei Federal n.º 8.666/93, vez que há inviabilidade de competição face ao valor já estipulado como sendo os praticados na Tabela oficial do SUS – Sistema Único de Saúde.

CAPÍTULO - VI DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

Art. 15. As contratações de agentes e demais profissionais para atendimento nos Programas de PSF e PACS obedecerão a forma já estabelecida na Portaria n.º 1.886/GM de 18.12.1997 do Ministério da Saúde e na forma prevista na presente Lei no que couber.

§1º. As contratações serão sempre precedidas de publicação, via Edital ou outro meio, no qual os profissionais ou empresas serão convocados a participar em igualdade de condições.

§2º. Para fins de habilitação para a prestação de serviços de saúde, os profissionais não poderão possuir débito para com a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal, INSS e FGTS, sendo que deverão apresentar ainda, no mínimo, os seguintes documentos:

I – comprovante de formação profissional na área própria pelo profissional ou pelo responsável técnico no caso de pessoa jurídica;

II – comprovante de quitação para com o órgão profissional a que esteja vinculado profissionalmente pelo profissional ou pelo responsável técnico no caso de pessoa jurídica;

III – cópia dos documentos pessoais, tais como CPF, RG, Carteira de Habilitação Profissional na área pleiteada ou pelo profissional ou pelo responsável técnico no caso de pessoa jurídica;

IV – comprovante de quitação para com as obrigações Eleitorais pelo profissional;

V – comprovante de quitação para com o Serviço Militar no caso de profissionais em se tratando de pessoa física do sexo masculino;



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

VI – Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal, INSS e FGTS;

VII – *Currículun Vitae* devidamente preenchido com a informação de todos os cursos de formação profissional e demais eventos ligados à respectiva prestação de serviços dos quais o profissional tenha participado, para as contratações para PSF, PACS e pró-labore para prestação de serviços médicos;

VIII – Comprovante de endereço;

IX – uma foto 3x4 em se tratando de pessoa física ou cópia do CNPJ em se tratando de pessoa jurídica;

§3º. Poderá ser exigido do profissional a comprovação da conclusão dos cursos de formação profissional e eventos indicados no seu *Currículun Vitae* apresentado na forma do inciso VII do artigo anterior.

CAPÍTULO – VII DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 16. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 01 de janeiro de 2005.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Guanhanes, 16 de março de 2005.

Dr. Osvaldo Castro Pinto
PREFEITO MUNICIPAL

A Comissão de:
Finanças, Orçamento e
Tomada de Contas
Sala das Sessões 21/03/05
[Assinatura]
PRESIDENTE

Daniel Menezes Leão
Presidente da Câmara

A Comissão de:
Legislação, Justiça e Redação
Sala das Sessões 21/03/05
[Assinatura]
PRESIDENTE

Daniel Menezes Leão
Presidente da Câmara

Aprovado em 19.09 discussão

Sala das sessões 041.04.1.9005

A SANÇÃO

Sala das sessões 05/04/05

[Assinatura]
PRESIDENTE

[Assinatura]
PRESIDENTE

VIII - Comprovante de endereço;

IX - uma foto 3x4 em se tratando de pessoas físicas ou cópia do CNPJ em se tratando de pessoas jurídicas;

§3º. Poderá ser exigido do profissional a comprovação da conclusão dos cursos de formação profissional e eventos indicados no seu Currículo Vitae apresentado na forma do inciso VII do artigo anterior.

CAPÍTULO - VII DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 18. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 01 de janeiro de 2005.

PARECER DA COMISSÃO DE

Após analisarmos o Projeto de Lei nº

SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO nesta data e devolvemos à MESA

DIRETORA para as considerações finais. Sala das Sessões da Câmara Mun

de Guanhães aos 04 de abril de 2005

PRESIDENTE [Assinatura]

MEMBRO EFETIVO [Assinatura]

MEMBRO EFETIVO [Assinatura]

PARECER DA COMISSÃO DE

Após analisarmos o Projeto de Lei nº

SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO nesta data e devolvemos à MESA

DIRETORA para as considerações finais. Sala das Sessões da Câmara Mun

de Guanhães aos 04 de abril de 2005

PRESIDENTE [Assinatura]

MEMBRO EFETIVO [Assinatura]

MEMBRO EFETIVO [Assinatura]